

**A DUPLA EXCEPCIONALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: DESAFIOS,
RECONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

**DOUBLE EXCEPTIONALITY IN THE SCHOOL CONTEXT: CHALLENGES,
RECOGNITION AND POSSIBILITIES OF PEDAGOGICAL INTERVENTION**

**DOBLE EXCEPCIONALIDAD EN EL CONTEXTO ESCOLAR: RETOS,
RECONOCIMIENTO Y POSIBILIDADES DE INTERVENCIÓN PEDAGÓGICA**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.021-046>

Marli de Fátima da Silva

Mestra Educação Inclusiva

UNEMAT/PROFEI

Marli.fatima@unemat.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9050-5289>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5817492783905493>

Neuri Eliezer Senger

Mestre em Educação

UNEMAT

senger.n@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5320-5283>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8584397324603486>

Sandra Bueno da Silva Duarte

Mestra Ensino de Ciências e Matemática

UNEMAT

sandra.bueno@unemat.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1813-7542>

<http://lattes.cnpq.br/6140043738589590>

RESUMO

A dupla excepcionalidade refere-se a indivíduos que apresentam, simultaneamente, altas habilidades/superdotação e algum transtorno do desenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou dificuldades específicas de aprendizagem. No contexto escolar, esses alunos frequentemente enfrentam dificuldades tanto para serem identificados quanto para terem suas necessidades educacionais devidamente atendidas. Este artigo tem como objetivo discutir os principais desafios enfrentados pelas instituições escolares no reconhecimento da dupla excepcionalidade, bem como apresentar possibilidades de intervenção pedagógica inclusiva. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com base em revisão de literatura recente, que destaca a importância da formação docente, da avaliação multidisciplinar e das práticas pedagógicas diferenciadas. Conclui-se que a construção de um ambiente escolar inclusivo e responsivo às singularidades desses estudantes depende do engajamento colaborativo entre escola, família e profissionais especializados.

Palavras-chave: Dupla excepcionalidade. Altas habilidades. Inclusão escolar. Educação especial. Formação docente.

ABSTRACT

Double exceptionality refers to individuals who simultaneously present high abilities/giftedness and some developmental disorder, such as Autism Spectrum Disorder (ASD), Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) or specific learning difficulties. In the school context, these students often face difficulties both in being identified and in having their educational needs properly met. This article aims to discuss the main challenges faced by schools in recognizing double exceptionality, as well as to present possibilities for inclusive pedagogical intervention. This is a qualitative research, based on a review of recent literature, which highlights the importance of teacher training, multidisciplinary assessment and differentiated pedagogical practices. It is concluded that the construction of an inclusive school environment that responds to the singularities of these students depends on the collaborative engagement between school, family and specialized professionals.

Keywords: Double exceptionality. High abilities. School inclusion. Special education. Teacher training.

RESUMEN

La doble excepcionalidad se refiere a individuos que presentan simultáneamente altas capacidades/superdotación y algún trastorno del desarrollo, como el Trastorno del Espectro Autista (TEA), el Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH) o dificultades específicas de aprendizaje. En el contexto escolar, este alumnado suele tener dificultades tanto para ser identificado como para que sus necesidades educativas sean adecuadamente atendidas. Este artículo pretende analizar los principales retos que enfrentan las escuelas para reconocer la doble excepcionalidad, así como presentar posibilidades de intervención pedagógica inclusiva. Se trata de una investigación cualitativa, basada en una revisión de la literatura reciente, que destaca la importancia de la formación docente, la evaluación multidisciplinar y las prácticas pedagógicas diferenciadas. Se concluye que la construcción de un entorno escolar inclusivo que responda a las singularidades de este alumnado depende de la colaboración entre la escuela, la familia y los profesionales especializados.

Palabras clave: Doble excepcionalidad. Altas capacidades. Inclusión escolar. Educación especial. Formación docente.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a inclusão escolar tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionado por políticas públicas, avanços na pesquisa educacional e uma crescente consciência social sobre os direitos das pessoas com deficiência e outras condições que afetam o aprendizado. Nesse contexto, a escola vem sendo convocada a transformar-se em um ambiente verdadeiramente inclusivo, capaz de acolher a diversidade em todas as suas formas e promover o desenvolvimento pleno de cada estudante. No entanto, mesmo diante dos avanços legais e conceituais, determinados grupos de estudantes continuam sendo invisibilizados ou mal compreendidos no ambiente escolar. Entre eles, destacam-se os que apresentam a condição conhecida como dupla excepcionalidade — ou seja, indivíduos que, simultaneamente, possuem altas habilidades/superdotação (AH/SD) e algum transtorno do desenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou dislexia.

A dupla excepcionalidade representa uma complexidade que desafia os modelos tradicionais de diagnóstico, avaliação e intervenção educacional. Isso ocorre porque os comportamentos e os desempenhos desses estudantes frequentemente oscilam entre o brilhantismo em certas áreas e dificuldades significativas em outras. Em razão dessa heterogeneidade, muitos deles passam despercebidos no sistema educacional, sendo rotulados apenas por suas limitações ou, ao contrário, pelas suas habilidades, sem que se reconheça a coexistência de ambos os perfis. Essa invisibilidade compromete não apenas o reconhecimento das suas necessidades específicas, mas também a elaboração de estratégias pedagógicas adequadas para que possam alcançar seu potencial.

A literatura aponta que estudantes com dupla excepcionalidade tendem a ser subnotificados, tanto em relação às altas habilidades quanto aos transtornos que os acometem. Quando identificados, muitas vezes são mal interpretados por professores e equipes pedagógicas, o que pode resultar em práticas educativas inadequadas, que ignoram a complexidade do seu perfil. Isso evidencia uma lacuna significativa na formação docente, que ainda carece de preparo para lidar com a diversidade neurocognitiva de forma efetiva, especialmente em casos que escapam às categorias mais conhecidas de deficiência ou superdotação isoladamente.

A escola, como espaço privilegiado de socialização, desenvolvimento de competências e construção de identidade, precisa estar atenta a essa demanda. Para que se configure como um ambiente verdadeiramente inclusivo, é fundamental que promova não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes — inclusive daqueles cuja trajetória educacional é marcada por contradições e desafios, como os com dupla excepcionalidade. Isso implica a adoção de uma postura pedagógica sensível às especificidades de cada aluno, com a oferta de currículos flexíveis, metodologias diferenciadas, avaliações formativas e apoio especializado contínuo.

Nesse sentido, reconhecer e compreender a dupla excepcionalidade é uma tarefa que demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, bem como o fortalecimento de parcerias com as famílias, os serviços de saúde e outras instituições que compõem a rede de apoio. A construção de uma prática pedagógica mais justa e equitativa requer, portanto, uma mudança de paradigma: é preciso deixar de ver o estudante apenas a partir das suas dificuldades ou de seus talentos isolados e começar a enxergá-lo em sua totalidade, com suas potencialidades e necessidades coexistindo de forma complexa e singular.

Este artigo propõe-se a discutir os principais desafios enfrentados pelas escolas no reconhecimento da dupla excepcionalidade, bem como a analisar possibilidades de intervenção pedagógica que favoreçam o desenvolvimento integral desses estudantes. Partindo de uma revisão da literatura recente e de documentos normativos que orientam a educação inclusiva no Brasil, busca-se contribuir para a construção de um olhar mais atento, acolhedor e propositivo frente a essa condição ainda pouco debatida, mas de extrema relevância para a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Ao ampliar o debate sobre a dupla excepcionalidade, pretende-se fomentar práticas educacionais que respeitem a diversidade e promovam uma cultura escolar mais inclusiva, ética e comprometida com o potencial humano em todas as suas formas.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, as múltiplas dimensões que envolvem a dupla excepcionalidade no contexto educacional. Segundo Minayo (2001), a abordagem qualitativa é adequada para investigar fenômenos complexos e subjetivos, permitindo captar significados, interpretações e representações sociais sobre determinada realidade.

Trata-se também de uma pesquisa exploratória, uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o tema e construir hipóteses a partir de um problema ainda pouco estudado no cenário nacional (GIL, 2008). A escolha por essa natureza investigativa se justifica pela escassez de estudos sistematizados sobre a identificação e o atendimento educacional de estudantes com dupla excepcionalidade no Brasil.

A estratégia metodológica adotada baseou-se em revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica foi conduzida com base em autores nacionais e internacionais que discutem a temática da superdotação, inclusão, deficiência e dupla excepcionalidade. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), esse tipo de revisão permite sistematizar conhecimentos já produzidos sobre determinado tema, fornecendo subsídios teóricos para análise crítica.

Já a análise documental envolveu o exame de legislações, diretrizes educacionais, relatórios institucionais e dados do Censo Escolar, com o intuito de identificar como a dupla excepcionalidade

vem sendo reconhecida e tratada nas políticas públicas brasileiras. Conforme Cellard (2008), a análise documental é uma ferramenta fundamental na pesquisa qualitativa, pois permite interpretar documentos à luz de seu contexto, conteúdo e implicações sociais. Assim, a metodologia adotada buscou garantir rigor científico, considerando tanto os referenciais teóricos quanto os documentos oficiais que orientam a prática educacional inclusiva no país.

3 RESULTADOS

A análise dos estudos revisados e das práticas escolares investigadas revelou um conjunto de desafios persistentes no reconhecimento e no atendimento pedagógico de estudantes com dupla excepcionalidade. Em primeiro lugar, constatou-se uma fragilidade na identificação desses alunos, no âmbito educacional. Muitos casos permanecem invisibilizados em função da compensação mútua entre habilidades e dificuldades: enquanto os comportamentos atípicos tendem a ofuscar os talentos, as altas habilidades, por sua vez, mascaram déficits significativos. Esse fenômeno dificulta o encaminhamento adequado para avaliação especializada, atrasando intervenções que poderiam favorecer o desenvolvimento integral do estudante.

Outro achado importante diz respeito à formação docente. Os profissionais da educação demonstram, em sua maioria, pouco conhecimento sobre o conceito de dupla excepcionalidade, o que repercute diretamente na elaboração de estratégias pedagógicas. A ausência de preparo específico leva à adoção de práticas genéricas ou inadequadas, que muitas vezes priorizam a remediação das dificuldades em detrimento da valorização das potencialidades. Tal postura, além de limitar o desenvolvimento acadêmico, pode comprometer a autoestima e a motivação desses estudantes, que frequentemente se sentem deslocados ou incompreendidos no ambiente escolar.

Observou-se também uma escassez de materiais didáticos e recursos adaptados que atendam simultaneamente às necessidades cognitivas e às especificidades do transtorno associado. Essa lacuna reforça a necessidade de construção de propostas curriculares mais flexíveis e centradas no sujeito, que articulem enriquecimento curricular, atendimento educacional especializado (AEE) e estratégias de ensino diversificadas. No entanto, a aplicação dessas propostas ainda é pontual, limitada, muitas vezes, ao esforço individual de professores sensibilizados pela causa.

Além disso, os dados indicam que a articulação entre escola, família e equipe multidisciplinar é frágil e descontinuada. A falta de diálogo entre esses agentes dificulta a construção de um plano pedagógico coerente e alinhado com as reais necessidades do aluno. Quando o trabalho em rede é promovido de maneira efetiva, os resultados mostram-se significativamente mais positivos, apontando para avanços no desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes com dupla excepcionalidade.

Apesar dos inúmeros obstáculos identificados, também foram encontradas experiências exitosas em escolas que investem na formação contínua dos professores, no fortalecimento do AEE e na valorização da singularidade de cada estudante. Nessas instituições, a dupla excepcionalidade é compreendida como uma condição que exige olhar sensível, escuta ativa e atuação pedagógica planejada. Os professores relatam que o uso de estratégias como projetos interdisciplinares, mentorias especializadas, agrupamentos flexíveis e uso de tecnologias assistivas tem contribuído para ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação dos alunos.

Os resultados apontam para a urgência de ampliar o conhecimento sobre a dupla excepcionalidade no contexto educacional, de forma a garantir práticas mais inclusivas, equitativas e comprometidas com o potencial de todos os estudantes. A superação dos desafios identificados passa necessariamente por investimentos em formação docente, revisão de políticas públicas e criação de ambientes educacionais verdadeiramente acolhedores, capazes de reconhecer e valorizar a complexidade das trajetórias de aprendizagem desses sujeitos.

A análise dos estudos incluídos na revisão sistemática revelou que a dupla excepcionalidade ainda é um tema pouco explorado tanto na produção acadêmica quanto nas práticas educacionais no Brasil. Observa-se uma significativa lacuna no reconhecimento e na identificação de estudantes que apresentam simultaneamente altas habilidades/superdotação (AH/SD) e algum transtorno do desenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou a dislexia. Essa invisibilidade tem origem, em grande parte, na ausência de protocolos específicos para identificar esses casos no ambiente escolar. As instituições de ensino tendem a adotar critérios de avaliação fragmentados, que consideram isoladamente a presença de uma habilidade acima da média ou de uma dificuldade, sem reconhecer a coexistência entre ambas.

A formação docente se apresenta como um dos principais entraves para a adequada identificação e atendimento da dupla excepcionalidade. Os professores, incluindo os que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), demonstram desconhecimento conceitual e prático sobre o tema, mostram insegurança quanto às estratégias pedagógicas a serem adotadas. Essa limitação se reflete diretamente na capacidade da escola de acolher e promover o desenvolvimento integral desses estudantes.

Além disso, os estudos analisados destacam que o desempenho acadêmico e o comportamento dos estudantes com dupla excepcionalidade costumam ser oscilantes, o que contribui para interpretações equivocadas por parte dos educadores. Enquanto algumas áreas do conhecimento despertam alto rendimento e criatividade, outras apresentam dificuldades acentuadas, principalmente aquelas impactadas pelo transtorno do desenvolvimento. Essa ambiguidade dificulta o diagnóstico e, muitas vezes, leva à adoção de práticas pedagógicas que não atendem às reais necessidades do estudante.

Outro ponto relevante identificado foi a ausência de políticas públicas específicas voltadas à dupla excepcionalidade. Embora haja avanços nas legislações inclusivas e nas diretrizes para o atendimento de estudantes com altas habilidades, não existem normativas nacionais que tratem de forma direta e sistemática dos sujeitos com dupla excepcionalidade. Essa lacuna compromete a elaboração de práticas pedagógicas articuladas e o fortalecimento de redes de apoio.

No contexto escolar, as estratégias pedagógicas observadas nos estudos são, em geral, limitadas e pouco individualizadas. Quando existe alguma intervenção, ela tende a focar apenas na dificuldade ou, por outro lado, a privilegiar o desempenho elevado, desconsiderando as barreiras comportamentais, emocionais e sociais enfrentadas por esses estudantes. É rara a utilização de planos educacionais individualizados (PEI), de metodologias ativas e de tecnologias assistivas voltadas às necessidades específicas de cada caso.

A articulação entre família, escola e serviços especializados também aparece como um desafio recorrente. A falta de diálogo e de ações conjuntas compromete não apenas o planejamento pedagógico, mas também o bem-estar emocional do estudante. Sem uma rede colaborativa, muitos desses sujeitos permanecem invisíveis às políticas educacionais e aos programas de apoio.

Apesar desses desafios, a revisão revelou experiências exitosas em contextos nos quais a dupla excepcionalidade foi identificada e tratada de forma integrada. Nessas experiências, destacam-se o trabalho colaborativo entre profissionais de diferentes áreas, a escuta ativa das famílias e dos próprios estudantes, e a implementação de estratégias pedagógicas flexíveis, capazes de promover tanto o potencial quanto o acolhimento das dificuldades. Tais resultados reforçam a urgência de se pensar a escola como um espaço de escuta, valorização da diversidade e garantia do direito à aprendizagem em sua plenitude.

4 DISCUSSÃO

Os resultados apresentados evidenciam um cenário de desafios significativos enfrentados pelas escolas no reconhecimento e atendimento de estudantes com dupla excepcionalidade. A dificuldade de identificação desses alunos, somada à falta de preparo das equipes escolares, denuncia uma lacuna histórica na formação docente e na estrutura dos sistemas educacionais, que ainda operam com base em categorias rígidas e segmentadas de ensino especial e de superdotação. Essa estrutura pouco flexível dificulta o acolhimento de sujeitos que não se encaixam integralmente em nenhuma dessas classificações, como é o caso das crianças e adolescentes com dupla excepcionalidade.

A literatura especializada corrobora essa constatação ao destacar que a dupla excepcionalidade permanece como um conceito pouco compreendido nos contextos educacionais, tanto no Brasil quanto em outros países. Segundo Baum, Schader e Hébert (2014), a coexistência de altas habilidades e dificuldades de aprendizagem ou transtornos do desenvolvimento desafia os modelos tradicionais de

avaliação, os quais tendem a focar exclusivamente nos déficits ou nas potencialidades, ignorando a complexidade do perfil cognitivo e comportamental desses estudantes. Essa fragmentação diagnóstica compromete não apenas a elaboração de estratégias pedagógicas eficazes, mas também a própria construção da identidade acadêmica desses alunos, que frequentemente se percebem inadequados, mesmo possuindo talentos singulares.

O desconhecimento sobre a dupla excepcionalidade por parte dos professores aponta para a necessidade urgente de uma formação continuada que aborde a temática de forma aprofundada, interdisciplinar e prática. Conforme defendem Renzulli e Reis (2000), uma educação verdadeiramente inclusiva deve reconhecer que o potencial humano se manifesta de formas variadas e muitas vezes não convencionais. Para tanto, é essencial que os profissionais da educação sejam capacitados a identificar indicadores de altas habilidades mesmo em contextos de dificuldades de aprendizagem, promovendo um olhar mais atento, sensível e holístico sobre cada estudante.

A escassez de materiais pedagógicos adaptados e a rigidez curricular identificadas neste estudo também foram apontadas por pesquisadores como Fonseca (2018) e Mazzotta (2020), que ressaltam a importância de práticas pedagógicas centradas no sujeito, com ênfase na personalização da aprendizagem e na valorização das singularidades cognitivas. Nesse sentido, a proposta de um currículo flexível, com enriquecimento e diversificação de estratégias, surge como uma alternativa potente para garantir a participação ativa dos estudantes com dupla excepcionalidade, respeitando seus ritmos, estilos de aprendizagem e áreas de interesse.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de articulação entre os diferentes agentes que compõem a rede de apoio ao estudante. A ausência de diálogo entre escola, família e profissionais da saúde compromete a continuidade das intervenções e dificulta a elaboração de um plano educacional consistente. Essa realidade reforça o argumento de que a dupla excepcionalidade demanda um trabalho colaborativo e intersetorial, no qual a escola não atue de forma isolada, mas como parte de um ecossistema que compreende as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano.

Apesar das dificuldades, as experiências positivas identificadas no estudo demonstram que é possível avançar em direção a uma educação mais equitativa e responsiva. As escolas que reconhecem a dupla excepcionalidade como uma condição complexa, mas legítima, e que investem em inovação pedagógica, formação docente e escuta ativa, têm conseguido criar ambientes mais acolhedores, nos quais esses estudantes podem desenvolver tanto suas habilidades quanto aprender a lidar com suas dificuldades.

Portanto, discutir a dupla excepcionalidade no contexto educacional é mais do que uma questão técnica: trata-se de um compromisso ético com a diversidade humana. Reconhecer esses sujeitos em sua totalidade — com seus talentos, desafios, fragilidades e potências — é um passo fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Como defendem Mittler (2003) e Mantoan

(2011), a inclusão não pode ser pensada como um conjunto de adaptações para alguns, mas como uma transformação profunda do paradigma educacional, no qual todos tenham as condições necessárias para aprender, participar e pertencer.

A dupla excepcionalidade ainda é pouco compreendida no contexto educacional brasileiro, tanto na prática quanto no campo teórico. Essa invisibilidade se reflete em diversas frentes, especialmente na ausência de políticas públicas específicas, na formação insuficiente dos professores e na fragilidade dos processos de identificação e intervenção pedagógica. Tal cenário corrobora a análise de Fonseca (2018), ao apontar que a dupla excepcionalidade representa um “ponto cego” na inclusão escolar, por combinar características paradoxais que desafiam os modelos tradicionais de ensino e de avaliação educacional.

Como destacado nos estudos de Baum, Schader e Hébert (2014), os estudantes com dupla excepcionalidade apresentam um perfil complexo, marcado pela convivência entre alto potencial cognitivo e manifestações comportamentais ou dificuldades significativas de aprendizagem. Essa oscilação, frequentemente mal interpretada pela escola, leva à adoção de práticas pedagógicas inadequadas ou mesmo à exclusão simbólica desses sujeitos. Muitas vezes, os comportamentos desafiadores ou a falta de rendimento em áreas específicas acabam mascarando o potencial, fazendo com que a escola priorize a remediação de déficits em vez de também cultivar talentos.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de uma mudança de paradigma, tanto na identificação quanto na abordagem pedagógica. A perspectiva inclusiva, conforme defendida por Mantoan (2011) e Mittler (2003), exige que o ambiente escolar esteja preparado para lidar com a diversidade em suas múltiplas expressões, rompendo com o modelo homogêneo de ensino que ainda predomina. Para isso, é fundamental que os professores sejam formados para reconhecer sinais de altas habilidades mesmo quando estas coexistem com transtornos do desenvolvimento, como TEA, TDAH ou dislexia — uma tarefa que, conforme Oliveira e Silva (2020), implica a articulação entre conhecimento teórico, sensibilidade pedagógica e trabalho colaborativo.

A escassez de protocolos específicos de identificação, evidenciada nos estudos analisados, aponta para um desafio estrutural que demanda políticas públicas mais direcionadas. A ausência de diretrizes oficiais sobre como reconhecer e atender estudantes com dupla excepcionalidade compromete a efetividade da inclusão e a equidade no acesso ao currículo. Embora a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) represente um marco importante, ela ainda carece de atualizações que contemplem a complexidade dos sujeitos com esse perfil.

Em relação às práticas pedagógicas, observa-se que a maioria das escolas ainda adota intervenções genéricas, pouco individualizadas, e, muitas vezes, voltadas apenas para as dificuldades aparentes. Isso contraria o que propõe o Modelo de Enriquecimento Escolar de Renzulli e Reis (2000),

que defende a implementação de currículos flexíveis, projetos baseados em interesses e ensino centrado no estudante como forma de favorecer o desenvolvimento do potencial em todos os alunos, incluindo aqueles com dupla excepcionalidade. Tais práticas são ainda mais urgentes quando se considera que muitos desses estudantes vivenciam frustrações frequentes no espaço escolar, o que pode levar a quadros de ansiedade, baixa autoestima e desmotivação acadêmica.

Outro ponto importante revelado nesta discussão é a necessidade de fortalecer o diálogo entre a escola, a família e os serviços especializados. Como afirmam Cruz e Rangel (2015), a construção de uma rede de apoio efetiva é indispensável para garantir um acompanhamento contínuo e integrado desses estudantes, especialmente no que diz respeito à elaboração e execução de planos educacionais individualizados (PEIs), adaptados às potencialidades e às necessidades específicas de cada caso.

Por fim, vale destacar que, apesar dos inúmeros desafios, também foram identificadas experiências pedagógicas bem-sucedidas, nas quais o reconhecimento da dupla excepcionalidade resultou em práticas mais sensíveis e transformadoras. Nessas experiências, a escuta ativa, o planejamento colaborativo e o investimento em metodologias inovadoras contribuíram para que os estudantes se sentissem valorizados em sua totalidade, reafirmando a escola como um espaço de pertencimento e desenvolvimento pleno.

Assim, discutir a dupla excepcionalidade é, antes de tudo, uma convocação ética e pedagógica para que o sistema educacional amplie sua compreensão sobre as múltiplas formas de aprender, criar, interagir e existir. Trata-se de reconhecer que a inclusão, para ser efetiva, precisa considerar não apenas os déficits, mas também os talentos, e que o direito à educação só se concretiza quando cada sujeito tem suas singularidades respeitadas e acolhidas no cotidiano escolar.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que a dupla excepcionalidade ainda é uma condição pouco compreendida e frequentemente negligenciada no contexto escolar. Estudantes que apresentam simultaneamente altas habilidades/superdotação e algum transtorno do desenvolvimento constituem um grupo com demandas educacionais específicas e complexas, que exigem um olhar atento, sensível e qualificado por parte das instituições de ensino.

Os desafios identificados desde a subnotificação dos casos até a ausência de práticas pedagógicas adequadas apontam para a necessidade de reestruturação do modelo educacional vigente, que ainda opera com categorias excludentes e dicotômicas. A invisibilidade desses estudantes é agravada pela formação insuficiente dos professores e pela escassez de recursos e materiais que atendam às suas necessidades múltiplas. Além disso, a falta de articulação entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo — escola, família e rede de apoio especializada — compromete o pleno desenvolvimento acadêmico, emocional e social desses sujeitos.

Entretanto, as experiências exitosas identificadas demonstram que é possível promover avanços significativos por meio de uma abordagem pedagógica centrada no estudante, sustentada por currículos flexíveis, metodologias diversificadas e apoio especializado. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige, portanto, não apenas o cumprimento de legislações e diretrizes, mas uma mudança de paradigma que reconheça a complexidade e a riqueza da diversidade humana.

Reconhecer a dupla excepcionalidade como uma realidade legítima e que demanda intervenções específicas é um passo fundamental para que esses estudantes possam desenvolver suas potencialidades, superar barreiras e exercer plenamente o seu direito à educação. Para isso, torna-se urgente o investimento em formação continuada dos profissionais da educação, na produção de conhecimento científico sobre o tema e no fortalecimento de políticas públicas que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos.

Este artigo contribui para ampliar o debate sobre a dupla excepcionalidade e reforça a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, a justiça e o respeito às singularidades de cada estudante. Ao dar visibilidade a essa temática, espera-se estimular reflexões e ações que transformem a realidade educacional em um espaço de acolhimento, valorização e desenvolvimento pleno de todos os sujeitos que dela fazem parte.

REFERÊNCIAS

- BAUM, Susan M.; SCHADER, Robin M.; HÉBERT, Thomas P. The 2e Handbook: Understanding and Supporting Twice-Exceptional Students. Waco: Prufrock Press, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SECADI, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.
- CRUZ, Cláudia de Souza; RANGEL, Ana Maria da Silva. Dupla excepcionalidade: um desafio para a inclusão escolar. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 28, n. 52, p. 325–340, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/16764>. Acesso em: 27 maio 2025.
- FONSECA, Vitor da. Educação inclusiva: a condição da dupla excepcionalidade. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2011.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2020.
- MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contexto social. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- OLIVEIRA, Dalila Xavier de; SILVA, Adriana Aparecida. A dupla excepcionalidade e a formação docente: desafios para a inclusão escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 26, n. 1, p. 43–60, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee>. Acesso em: 27 maio 2025.
- RENZULLI, Joseph S.; REIS, Sally M. The Schoolwide Enrichment Model: A How-To Guide for Educational Excellence. 2. ed. Mansfield Center, CT: Creative Learning Press, 2000.
- SANTANA, Érika Ribeiro; FREITAS, Ana Cláudia. A invisibilidade dos estudantes com dupla excepcionalidade no ensino comum. Revista Educação e Políticas em Debate, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 222–240, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/educacaoemdebate>. Acesso em: 27 maio 2025.